



**Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial**

**Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública**

OE 2023

SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO DE ABRIL

Maio 2023

ÍNDICE

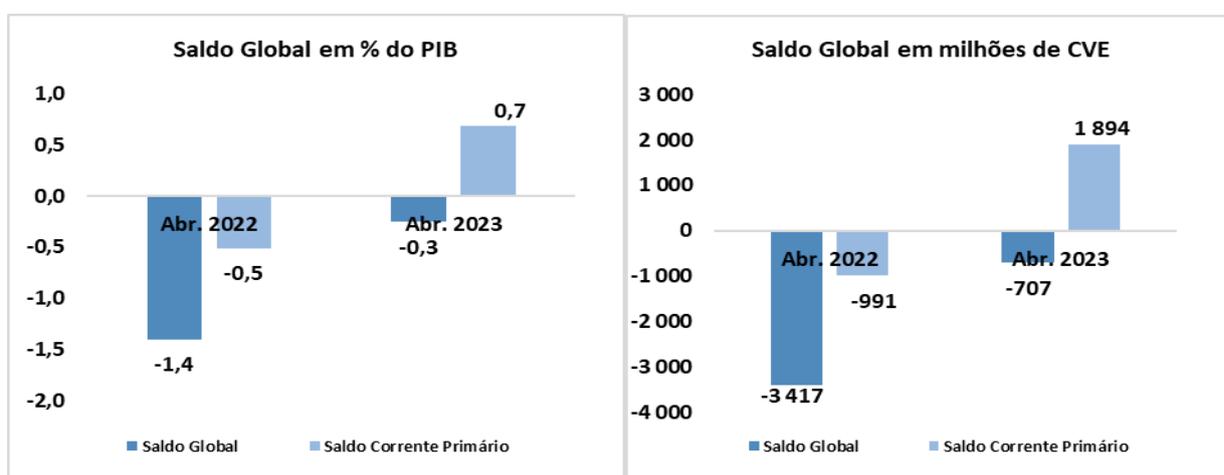
1.	Síntese Geral de Execução Orçamental	3
2.	Análise das Receitas Totais	5
2.1.	Receitas (não inclui venda de ativos)	6
2.2.	Venda de Ativos Não Financeiros	9
3.	Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros	9
3.1.	Por Classificação Económica	9
3.2.	Despesas	10
3.2.1.	Ativos Não Financeiros	14
3.3.	Por Tipo de Financiamento	14
4.	Dívida Pública	16

1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global provisório, em abril de 2023, foi negativo em 707,4 milhões de CVE, traduzindo-se num deficit de 0,3% do PIB¹. Esse resultado reflete uma melhoria de 1,1 p.p. comparativamente ao mesmo período de 2022.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se uma melhoria de 1,2 p.p., face ao período homólogo, fixando-se em 0,7%, decorrente da melhoria da performance das receitas arrecadadas, mas também da ligeira contribuição ao nível do PIB, relativamente ao período transato.

Gráfico 1 - Evolução dos Saldos



Fonte: MFFE - DNOCP

Os resultados provisórios da execução orçamental em abril de 2023, comparativamente ao mesmo período de 2022, decorrem:

- do aumento das receitas totais em 23,8% (+3.549,3 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em diferentes agregados;
- do acréscimo das despesas totais em 4,7% (+821,6 milhões de CVE), registando um agravamento em quase todas as componentes das despesas, com destaque às despesas com aquisições de bens e serviços, juros correntes, subsídios e transferências em parte, na sequência da consolidação do processo de bancarização;

¹ A partir da conta de agosto de 2022, passou-se a considerar, para cálculo dos rácios, o *rebasings* do PIB, base 2015.

- o do acréscimo da execução dos ativos não financeiros líquidos em 2,4% (18,7 milhões de CVE), justificado em grande parte pelo aumento de compras dos ativos financeiros relativamente ao período homólogo do ano transato.

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2022		2023		Grau Exec	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Abr	Orç. Inicial	Abr		
1. Total Receitas	58 196	14 905	64 238	18 454	28,7	23,8
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	54 215	14 699	58 230	17 831	30,6	21,3
Impostos	41 184	12 714	44 350	15 589	35,1	22,6
Segurança Social	71	20	71	22	30,7	11,7
Transferências (donativos)	3 982	206	6 009	623	10,4	202,3
Corrente	2 820	185	2 970	470	15,8	153,9
Capital	1 162	21	3 038	154	5,1	624,4
Outras Receitas	12 960	1 965	13 808	2 220	16,1	13,0
2. Total Despesas	62 112	17 556	66 108	18 378	27,8	4,7
Despesas com Pessoal	24 326	7 467	24 581	7 076	28,8	-5,2
Aquisição de Bens e Serviços	12 390	2 400	14 765	3 117	21,1	29,9
Juros Correntes	5 541	1 598	5 877	1 866	31,8	16,8
Subsídios	1 008	374	2 022	778	38,5	107,7
Transferências	6 663	1 591	6 502	1 733	26,6	8,9
Corrente	6 097	1 508	5 899	1 628	27,6	8,0
Capital	566	84	604	105	17,4	25,5
Benefícios Sociais	8 316	2 791	9 143	3 079	33,7	10,3
Outras despesas correntes	3 868	870	3 218	426	13,2	-51,1
Valor a regularizar	0	464	0	303	0,0	-34,7
3. Resultado Operacional Bruto	-3 916	-2 651	-1 869	77	-4,1	-102,9
4. Ativos não Financeiros	10 217	765	11 156	784	7,0	2,4
Compra ativos não financeiros	10 625	1 064	11 904	805	6,8	-24,3
Venda ativos não financeiros	408	299	747	21	2,8	-92,9
5. Global Global (1-2-4)	-14 134	-3 417	-13 026	-707	5,4	-79,3
Saldo global (em percentagem do PIB)	-5,8	-1,4	-4,7	-0,3	-	-
Saldo Corrente Primario	1 029	-991	1 573	1 894	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	0,4	-0,5	0,6	0,7	-	-
Saldo global Primário (5+juros)	-8 592	-1 819	-7 149	1 159	-	-
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-3,5	-1,8	-2,6	0,4	-	-
6. Financiamento	14 134	3 242	13 026	1 287	-	-
6.1 Ativos Financeiros	-4 363	1 527	1 955	-753	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	120	19	194	47	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-2 513	-203	-1 851	-26	-	-
Ações e Outras Participações Mi - Aquisição	-2 651	-951	-2 200	-1 212	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	681	2 661	3 685	438	-	-
6.2 Passivos Financeiros	18 497	1 715	11 071	2 040	-	-
Interno líquido	11 412	3 254	6 641	1 490	-	-
Sistema bancário	11 597	207	6 828	2 273	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-185	-43	-187	-31	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV	0	439	0	134	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito	0	-762	0	-1 029	-	-
Outras operações de tesouraria	0	248	0	-213	-	-
Sistema não bancário	0	3 167	0	355	-	-
Externo líquido	7 085	-1 539	4 430	550	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	16 089	794	15 013	3 261	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-9 005	-2 333	-10 606	-2 711	-	-
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	-174	0	580	-	-

Fonte: MFFE – DNOCP

2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até abril de 2023 cifraram-se em 18.475,2 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 21,5%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2022		2023		Grau Exec	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Abr	Orç. Inicial	Abr		
Impostos	41 184	12 714	44 350	15 589	35,1	22,6
Imposto único sobre rendimentos	11 230	2 656	10 968	3 290	30,0	23,9
IR-PS	6 799	1 974	6 923	2 009	29,0	1,8
IR-PC	4 431	681	4 045	1 281	31,7	88,0
Outros impostos directos	649	178	165	263	159,4	48,0
Tributo Especial Unificado - TEU	617	178	132	263	199,2	48,1
Taxa de Incêndio	31	0	33	0	0,4	-50,6
Imposto sobre bens e serviços	20 129	6 702	23 037	8 555	37,1	27,7
Imposto sobre o valor acrescentado	15 826	5 229	17 939	6 764	37,7	29,4
IVA DGA	8 934	3 040	9 551	3 326	34,8	9,4
IVA DGCI	6 892	2 189	8 389	3 438	41,0	57,1
Imposto consumo especial	2 477	859	2 605	946	36,3	10,1
Taxa de Tabaco	323	84	470	89	18,8	5,3
Contribuição turística	475	241	946	462	48,8	92,0
Taxa ecológica	728	198	756	202	26,8	2,0
Taxa estatística aduaneira	300	91	320	93	29,0	2,3
Impostos sobre transações internacionais	8 407	2 921	9 351	3 180	34,0	8,8
Direitos de importação	8 067	2 798	8 991	3 035	33,8	8,5
Taxa comunitária CEDEAO	340	123	360	144	40,0	16,9
Outros impostos	769	257	829	300	36,2	16,9
Imposto de selo	719	241	769	281	36,6	16,6
Imposto especial sobre jogos	50	16	60	19,0	31,4	21,6
Segurança Social	71	20	71	22	30,7	11,7
Contribuições para a segurança social	0	19	0	22	-	11,8
Outras Contribuições	0	0	1	0	30,4	8,4
Transferências	3 982	206	6 009	623	10,4	202,2
De Governos Estrangeiros	3 378	72	5 225	453	8,7	531,8
Ajuda Orçamental	825	0	849	110	13,0	-
Ajuda Alimentar	300	13	98	43	44,0	226,2
Donativos directos	2 253	58	4 278	300	7,0	412,6
De Organizações Internacionais	80	35	302	43	14,3	24,9
Das Administrações Públicas	523	100	481	127	26,3	26,8
Outras Receitas	12 960	1 965	13 808	2 220	16,1	13,0
Rendimentos de propriedade	5 444	129	5 562	176	3,2	36,2
Venda de bens e serviços	5 957	1 663	6 716	1 818	27,1	9,3
Multas e outras penalidades	342	74	361	126	34,9	70,2
Outras transferências	337	51	391	29	7,4	-42,9
Outras receitas diversas e não especificadas	880	48	778	72	9,2	48,7
Receitas	58 196	14 905	64 238	18 454	28,7	23,8
Ativos e Passivos	408	299	747	21	2,8	-92,9
Ativos não Financeiros	408	299	747	21	2,8	-92,9
TOTAL RECEITAS	58 604	15 204	64 986	18 475	28,4	21,5

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do GRE.

2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Até abril de 2023, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 18.454,0 milhões de CVE, registando um acréscimo de 23,8%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta, por um lado, do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (+24,5%), dos impostos indiretos (+21,8%), segurança social (+11,7%), outras receitas (+13,0%) e das transferências (+202,2%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 24,5% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 2.008,6 milhões de CVE, registando uma ligeira evolução positiva, em termos homólogos, de 34,6 milhões de CVE (+1,8%), resultante da evolução positiva das categorias A, B e E, em 8,6%, 1,4% e 15,6%, respetivamente. Comparativamente à previsão, verificou-se que, à exceção das Categorias A e E, todas as demais Categorias não atingiram os montantes previstos para o período, tendo o IRPS registado uma cobrança abaixo do previsto em 116 milhões de CVE (-5,5%).
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 1.284,1 milhões de CVE, dos quais, 402 milhões de CVE provenientes do imposto sobre lucro e 880 milhões de CVE do pagamento fracionado, ficando acima da cobrança registada no mesmo período do ano anterior, em 600 milhões de CVE (+88,0%). A performance de arrecadação resulta da cobrança de dívidas negociadas em prestações em sede deste imposto, que no período totalizou cerca de 73 milhões de CVE.
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 263,0 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução positiva 48,1 milhões de CVE (+85,5%) comparativamente ao mesmo período do ano anterior, justificado pelo dinamismo da atividade económica no último trimestre de 2022 e pelo pagamento de dívidas negociadas em prestações, cujo montante ascendeu os 23 milhões de CVE.

- A cobrança da Taxa de Incêndio (TI) no período em análise foi quase nula, uma vez que, constitui num imposto que é cobrado, essencialmente, no mês de maio com a entrega das contas dada a sua incidência sobre a coleta do IRPC.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 21,8% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 6.764,1 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 1.534,9 milhões de CVE (+29,4%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 9,4% (+285,7 milhões de CVE), enquanto o IVA-DGCI teve um acréscimo de 57,1% (+1.249,2 milhões de CVE). Esta evolução positiva reflete o aumento da cobrança registado, essencialmente nos setores de alojamento e restauração (+816 milhões de CVE), do comércio por grosso e a retalho (+146 milhões de CVE) e das indústrias criativas (+64 milhões de CVE). Também é de assinalar a cobrança de dívidas negociadas em prestações, que no período atingiu os 6 milhões de CVE, e o aumento do número de contribuintes que efetivaram o pagamento do imposto, passando de 1.531 em 2022 para 1.720 em 2023.
- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 462,1 milhões de CVE, registando uma arrecadação adicional, em termos homólogos, de 221,4 milhões de CVE, tendo superado a média de cobrança registada em 2019 (83 milhões de CVE), representando um aumento face ao montante cobrado no mesmo período de 2022 (+92,0%), o que reflete o aumento substancial da procura turística.
- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um acréscimo de 8,8% (+258,5 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. Em termos desagregados e em face ao período homólogo de 2022, verificou-se um aumento na arrecadação do Direito de Importação na ordem dos 8,5% (+237,6 milhões de CV), justificado pelo aumento do valor da importação, e também verificou-se um aumento na arrecadação da Taxa Comunitária CEDEAO de 16,9% (+20,9 milhões de CVE).

- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto teve uma evolução positiva comparativamente ao período homólogo, em 16,6% (+40,0 milhões de CVE). É de salientar que, este imposto não foi afetado pela pandemia e vem mantendo a sua tendência de crescimento, fato que pode ser justificado pelo crescimento das operações financeiras, atividade que foi alavancada com a pandemia.
- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 19,0 milhões de CVE, registando um acréscimo de 21,6% face ao período homólogo, refletindo o dinamismo da atividade turística regista do período.
- A Taxa de Tabaco registou uma arrecadação de 88,5 milhões de CVE correspondente a um aumento de 5,3% (+4,4 milhões de CVE) quando comparado ao período homólogo, em face ao agravamento de taxas.
- A Taxa Estatística Aduaneira com uma arrecadação de 92,8 milhões de CVE correspondente a um incremento 2,1 milhões de CVE, quando comparado ao período homólogo.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 623,1 milhões de CVE, traduzindo-se num acréscimo de 202,2% (+416,9 milhões de CVE), em face ao desembolso registado no período homólogo de 2022. Esta performance decorre do acréscimo das transferências de governos estrangeiros em +381,5 milhões de CVE, justificado pela entrada da ajuda orçamental do Luxemburgo, ajuda alimentar e donativos diretos, pelo aumento das transferências de organizações internacionais em 8,6 milhões de CVE, bem como nas transferências às administrações públicas em 26,8 milhões de CVE).

No concernente às “outras receitas”, verifica-se um acréscimo de 13,0% (+225,0 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela conjugação da performance das seguintes rúbricas:

- Venda de bens e serviços (+9,3%; +154,4 milhões de CVE), impulsionada pelas taxas de prestação de serviços podendo-se destacar a taxa de serviços de passaportes, de segurança aeroportuárias, segurança marítima, dos emolumentos e custas judiciais;

dos registos e notariado, dos emolumentos pessoais dos Serviços aduaneiros e guarda-fiscal;

- Multas e outras penalidades (+70,2%; +52,0 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de multas por infrações ao código da estrada e juros de mora.
- Outras receitas diversas e não especificadas (+48,7%, +23,5 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de outras receitas de totoloto e de outras receitas não especificadas.

2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

Em abril de 2023, as receitas provenientes de Ativos Não Financeiros verificaram um decréscimo de 92,9% (-277,8 milhões de CVE) comparativamente a abril de 2022, em face as vendas pontuais registadas no ano passado.

3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em abril de 2023, atingiram os 19.182,8 milhões de CVE, registando um acréscimo de 3,0% em relação ao período homólogo de 2022.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2022		2023				Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Abr	Orç. Inicial	Orç. Reprog	Abr			
Despesas com Pessoal	24 326	7 467	24 581	24 675	7 076	28,8	-5,2	
Remuneração Certas e Permanentes	22 206	6 643	22 414	22 497	6 537	29,2	-1,6	
Segurança Social	2 120	825	2 167	2 178	539	24,9	-34,6	
Aquisição de Bens e Serviços	12 390	2 400	14 765	15 997	3 117	21,1	29,9	
Juros Correntes	5 541	1 598	5 877	5 877	1 866	31,8	16,8	
Dívida interna	3 413	1 104	2 315	3 486	1 116	48,2	1,1	
Dívida externa	2 052	481	3 486	2 315	709	20,3	47,4	
Outros encargos	76	12	77	77	41	53,5	230,0	
Subsídios	1 008	374	2 022	2 005	778	38,5	107,7	
Transferências Correntes	6 663	1 591	6 502	6 591	1 733	26,6	8,9	
Governos Estrangeiros	504	33	598	598	68	11,4	107,1	
Organismos Internacionais	472	5	474	462	10	2,1	84,7	
Administração Pública	5 687	1 553	5 431	5 531	1 655	30,5	6,5	
Benefícios Sociais	8 316	2 791	9 143	9 303	3 079	34	10,3	
Outras Despesas Correntes	3 868	870	3 218	3 235	426	13	-51,1	
Valor a regularizar	0	464	0	0	303	0	-34,7	
Despesas	62 112	17 556	66 108	67 683	18 378	27,8	4,7	
Ativos e Passivos	10 625	1 064	11 904	12 293	805	6,8	-24,3	
Ativos não Financeiros	10 625	1 064	11 904	12 293	805	6,8	-24,3	
TOTAL DESPESAS	72 737	18 620	78 012	79 976	19 183	24,6	3,0	

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

3.2. Despesas

A 30 de abril de 2023, as despesas executadas totalizaram o montante de 18.377,6 milhões de CVE, registando um acréscimo de 4,7% em relação ao executado de abril de 2022. Esta evolução resultou do aumento generalizado da execução de várias rubricas de despesas nomeadamente, Aquisição de bens e serviços (+29,9%), Subsídios (+107,7%), Juros correntes (+16,8%), Transferências (+8,9%), Benefícios Sociais (+10,3%) conjugado com a diminuição de Outras Despesas (-51,1%) e Despesa com o pessoal (-5,2%) conforme abaixo se apresenta:

- As “despesas com o pessoal” evidenciou um decréscimo na ordem dos 5,2% (-391,4 milhões de CVE), decorrente de diminuição de despesas:

- i. Contribuição para segurança social (-285,4 milhões de CVE), na decorrência da implementação do novo sistema de envio FOS (folha ordenados e salários) pelo INPS e conseqüentemente no processamento de pagamento das contribuições;
 - ii. Pessoal do quadro (-81,1 milhões de CVE), derivado (i) da mudança de regime do pessoal do quadro para aposentação; (ii) da demora na tramitação dos processos de concursos públicos; e (iii) da progressão e promoção de funcionários de DNRE, conforme o B.O nº 16 de II série de 2 de fevereiro 2022;
 - iii. Pessoal contratado (-18,9 milhões de CVE), deve-se ao término dos contratos na Direção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde devido a redução dos casos Covid-19.
- A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 29,9% (+717,9 milhões de CVE) relativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante do aumento das seguintes sub-rubricas:
- i. “Assistência Técnica - Residentes” (+462,2 milhões de CVE) na sequência da execução do projeto “Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras” derivado do contrato celebrado entre Ministério da Administração Interna e a ZETES para fornecimento de bens e serviços; execução do projeto “Preparação e resposta a Covid-19” no âmbito do contrato de aquisição de 5000 kits teste SARS- COV -2;
 - ii. “Deslocação e Estadas” (+95,1 milhões de CVE) com destaque à Presidência da República, no Gabinete do Primeiro Ministro, na Assembleia Nacional, no Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para a Juventude e Desporto e nos ministérios da Agricultura e Ambiente, da Saúde, da Educação, das Finanças e do Fomento Empresarial e do Turismo e Transportes;
 - iii. “Produtos Alimentares” (+22,9 milhões de CVE) com realce à Direção de serviços prisionais e da reinserção social no fornecimento de géneros alimentícios aos reclusos ao sector de Defesa, na confeção e reforço alimentares para militares, e ao sector da Educação na aquisição de produtos alimentares para as cantinas escolares e residências estudantis e no sector da Saúde no âmbito de aquisição

- de gêneros alimentício para o serviço de nutrição, bem como refeições para doentes internados;
- iv. “Assistência Técnica – Não Residentes” (+59,5 milhões de CVE) no âmbito de prestações de serviços ao sector da Justiça (SNIAC) referente a produção personalizada e envio de CNI (Cartão Nacional de Identificação), PRC (Passaporte Eletrónico Cabo-Verdiano) e TRE (Título de Residência Estrangeiro)”; e de protocolos de cooperação para manutenção de uma equipa técnica cubana para prestação de serviços no sector de Saúde;
 - v. “Honorários” (+40,9 milhões de CVE) com destaque aos sectores da Educação, das Finanças e do Fomento Empresarial, da Agricultura e Ambiente, da Saúde, do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para a Juventude e Desporto; da Cultura e das Industrias Criativa, da Administração Interna e da Industria, Comércio e Energia;
 - vi. “Conservação e Reparação de Bens” (+11,8 milhões de CVE) no âmbito de contrato para execução de trabalhos complementares “empreitada de remodelação do edifício Galerias – Lote 1 e do contrato no âmbito da manutenção dos navios Ilhéus dos Pássaros e da Ponta Nhô Martinho.
 - vii. “Comunicações” (+14,2 milhões de CVE) com valores mais significativos na Assembleia Nacional, no Conselho Superior da Magistratura Judicial e na Presidência Da República, nos Ministérios das Finanças e Fomento Empresarial, da Administração Interna, da Agricultura e Ambiente, da Saúde, da Justiça, do Mar, da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social e do Gabinete do Primeiro Ministro.
- o A despesa com os juros registou um acréscimo de 16,8% (+268,6 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2022, resultado do aumento das despesas com os juros da dívida externa em 47,4% (+228,0 milhões de CVE), comparativamente ao período homólogo de 2022. Parte desta performance resulta da conclusão do período das moratórias do serviço da dívida concedida pelos nossos credores bilaterais e um comercial, bem como pela variação cambial.

- Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 107,7% (+403,1 milhões de CVE), em face aos subsídios transferidos no mesmo período de 2022. Derivado dos subsídios às empresas petrolíferas e de eletricidade, no âmbito das medidas de políticas para reforçar a resiliência do sistema petrolífero/energético e do sistema alimentar do país, face a escala de preços a nível internacional, na decorrência da crise internacional causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia e do pagamento da indemnização compensatória pelas imposições de serviço público de transporte marítimo inter-ilhas;
- Os “Benefícios Sociais” aumentaram 10,3% (+287,5 milhões de CVE), justificado essencialmente, pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, originando um aumento nas rubricas de pensões de aposentação em 8,2% (+145,6 milhões de CVE), pensões de sobrevivência em 14,5% (+16,4 milhões de CVE) bem como a rubrica outros benefícios sociais em espécie em 54,1% (+0,1 milhões de CVE).
- As “Transferências Correntes” tiveram um agravamento de 8,9% (+141,5 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, impulsionado pelo aumento das despesas na rubrica outras transferências correntes em +107,1% (+35,3 milhões de CVE), no âmbito do financiamento de receitas consignadas do Fundo Nacional do Ambiente, para aquisição e instalação de dessalinizadora para Santiago e Boavista;
- As “Outras Despesas Correntes” apresentaram um decréscimo de 51,1% (-444,7 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2022, justificado pelo atraso na publicação das listas dos beneficiários, das bolsas de estudo e outros benefícios educacionais, bem como a diminuição da rubrica Organizações não Governamentais em 184,5 milhões de CVE (no âmbito da subvenção do Estado referente às eleições autárquicas, legislativas e presidenciais de outubro de 2020, abril 2021 e outubro 2021 respetivamente).

O valor da despesa por regularizar, em abril situou-se na ordem dos 302,9 milhões de CVE, referente aos adiantamentos efetuados às Missões Diplomáticas e Serviços Consulares e à Comissão Nacional de Eleições, que são posteriormente regularizadas, que decorrerá no

processo de consolidação das contas públicas, aquando da apresentação das contas de gerência.

3.2.1. Ativos Não Financeiros

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 805,2 milhões de CVE, registando uma variação negativa em termos absolutos, de 259,1 milhões de CVE, comparativamente à execução de 2022.

O montante executado decorre, essencialmente, nas seguintes unidades orçamentais: “Programa de Reabilitação, Requalificação Urbana e Acessibilidades” com uma execução de 379,3 milhões de CVE, “Terminal de Cruzeiros” com uma execução de 79,7 milhões de CVE, “DGASP - Implementação de Políticas e Promoção do Desenvolvimento Rural” com uma execução de 22,2 milhões de CVE, “Centro de Artesanato de S. Vicente” com uma execução de 22,0 milhões de CVE, “Ampliação do Centro de Saúde de Boa Vista” com uma execução de 20,2 milhões de CVE, “Aquisição de Bens e Serviços” com uma execução de 19,9 milhões de CVE, “Licença de Aplicativos UTIC” com uma execução de 17,7 milhões de CVE, “Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais da Ilha de Santo Antão” com uma execução de 16,7 milhões de CVE, “Preparação e Resposta a Covid-19” com uma execução de 15,9 milhões de CVE e “Resiliência do Setor Agrário com as Mudanças Climáticas em CV” com uma execução de 14,7 milhões de CVE.

3.3. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento das despesas executadas, nota-se que 95,4% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 4,6% com recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante 352,2 milhões de CVE, sendo os financiadores com maior execução, o

P.N.U.D. com 66,4 milhões de CVE, o Luxemburgo com 60,9 milhões de CVE, a F.A.O. com 29,3 milhões de CVE, o “GLOBAL ENVIRONMENT FUND” com 26,3 milhões de CVE, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional com 23,5 milhões de CVE, as Nações Unidas com 19,2 milhões, a F.I.D.A. com 19,0 milhões de CVE, Portugal com 16,9 milhões de CVE, as Nações Unidas com 14,8 milhões de CVE, a Nama Facility-Giz com 11,1 milhões de CVE e a O.M.S. com 10,0 milhões de CVE.

- Os empréstimos externos ascenderam, a 500,0 milhões de CVE, equivalente a 94,9% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 14 programas, com destaque ao “Proteção Social” (86,4 milhões de CVE), “Infraestruturas Modernas e Seguras” (79,7 milhões de CVE), “Transformação da Agricultura” (55,5 milhões de CVE); Modernização do Estado e da Administração Pública (49,9 milhões de CVE); “Desenvolvimento Integrado de Saúde” (48,5 milhões de CVE); “Programa Sistema de Informação para o Desenvolvimento Sustentável” (48,0 milhões de CVE); “Cabo Verde Plataforma do Turismo” (38,5 milhões de CVE); “Cabo Verde Plataforma Digital e da Inovação” (36,1 milhões de CVE); “Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética” (18,3 milhões de CVE); “Desenvolvimento Empresarial” (15,2 milhões de CVE); “Desenvolvimento do Capital Humano” (14,1 milhões de CVE).

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	OE	Abril	Grau Exec.	Peso %
Interno	65 397	18 304	45,0	95,4
Tesouro (Rec. Int.)	64 490	18 151	28,1	99,2
OFN	907	153	16,9	0,8
Externo	12 615	879	7,0	4,6
Donativo	4 692	352,2	7,5	40,1
Empréstimo	7 834	500,0	6,4	56,9
Ajuda alimentar	88	27	30,3	3,1
Total da Despesa	78 012	19 183	24,6	100,0

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

4. Dívida Pública

Em 30 de abril de 2023, o stock da dívida pública, excluindo os TRMC (Títulos de Rendimentos de Mobilização de Capital), atingiu o montante de 295.732,3 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 92.910,1 milhões de CVE (33,7% do PIB) e à dívida externa 202.822,3 milhões de CVE (73,6% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB² atingiu os 107,3%, cerca de 11,4 p.p. abaixo do registado em abril de 2022.

Quadro 5 – Evolução da Dívida Pública

(em milhões de CVE)

	abril 22	abril 23	Var. Hom	% PIB/22	% PIB/23
Estoque Global	289 872,8	295 732,3	2,0	118,7	107,3
Dívida Interna	88 367,9	92 910,1	5,1	36,2	33,7
Dívida Externa	201 504,9	202 822,3	0,7	82,5	73,6

Fonte: MFFE - DGT

² Considerou-se o *rebasings* do PIB.